

"ORDEN DO DIA", o Senhor Presidente franqueou a palavra ao segmento dedicado a EXPLICAÇÃO PESSOAL, e não havendo oradores inscritos para fazerem uso da palavra, para a EXPLICAÇÃO PESSOAL, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Aury
[Handwritten signature]

Ata da Reunião Extraordinária, convocada através do Ato nº 06, de 19 de julho do ano em curso, realizada no dia 25 de julho do corrente ano, na sede do Sarmoyto Clube, em conformidade com o Ato nº 59, de 19 de julho de 1991.

As dezesseis horas do dia vinte e cinco de julho de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Vereador Aguiar Silva da Rocha, e com a ocupação do primeiro e segundo Secretarias, pelos Vereadores Marcos Valério Correia de Sant'Anna e José Inácio Pacheco Filho reuniram-se Extraordinariamente. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Adalton Pinto de Andrade, Aires Bezerra de Figueiredo, Genildo Notta, Carlos Roberto Joqueira, Carlos Roberto Silva, Dirley Pereira, Felix da Costa Gomes, Jânio das Santos Mendes, José Oscar Elias, Osmar Sampaio da Silva, Dilando da Silva Pereira, Alfredo dos Santos Silva, Walmir Rodrigues de Azevedo e Wilmar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. Não havendo Atas confeccionadas para serem lidas nem expedientes o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado para o uso da Tribuna. Como primeiro

Orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador Fazé Oscar Elias, falando inicialmente de movimento pró engrandecimento de Cabo Frio e que era constituído por todas as pessoas de todos os segmentos da sociedade e que desafiavam o esquecimento do Município, observando que as reuniões eram realizadas periodicamente próximo a Rodário Raymar e que todos participavam em igualdade de condições, sendo proibidas as reivindicações pessoais ou reclamar quanto a Prefeitura. Prossequindo, disse que o fundamental do movimento era a conscientização de que o voto era precioso no sentido de que Cabo Frio, podia ter um futuro melhor e oferecer uma condição de vida mais saudável para seus habitantes. Prossequindo, disse que havia brigado muito para que o Dr. Antônio Carlos de Carvalho Brindade, fosse aproveitado no governo Municipal, e que sendo nomeado o brilhante cidadão havia realizado trabalho dos mais profícuos como Secretário de Governo, mas que abalmente estava relegado ao esquecimento como Presidente do GAP, órgão criado pelo Prefeito Municipal com finalidade distrital. Prossequindo, disse que o Dr. Antônio Carlos estava esquecido por todos, e que ainda não ouvira uma voz se levantar no Plenário em favor do amigo, e que tantos serviços já prestara ao Município, e que assim sendo pleiteava um cargo de maior destaque para o mesmo, por um homem competente e ser de justiça, encerrando a seguir sua fala. Como próximo orador inscrito ocupou a tribuna o Vereador Osmar Sampaio da Silva, afirmando que felizmente havia prevalecido o bom senso da maioria dos Vereadores conduzindo as Mensagens do Prefeito, especialmente a Mensagem de Suplementação de Verbas para uma análise mais aguçada nos Comissões Competentes e em ações que se faziam necessárias. Quanto ao que se falava quanto a corrupção no Câmara Municipal, disse que não havia o corrupto se não houvesse o corruptor, e que se alguns Vereadores eram envidados por vantagens, a origem era o Senhor Joo Saldanha, Prefeito do Município de Cabo Frio. A seguir procedeu a leitura de Contrato firmado entre a Prefeitura Municipal e a firma Internacional Esportes Promoções, sediada em São Paulo, habilitando o Prefeito a receber prêmio denominado Qualidade Internacional, com ampla cobertura nos órgãos de imprensa, com todas as despesas correndo por conta da Municipalidade, o que caracterizava promoção pessoal do Excmo além de mais gastos para a

Municipalidade, no valor de um milhão e seiscentos mil Cruzeiros pagos em quatro vezes. Prossequindo, disse o orador que tinha o contrato em mãos e assinado pelo Prefeito Municipal e que não deixava dúvidas quanto a veracidade do que acabara de relatar, considerando ainda o gasto com promoção pessoal um verdadeiro escândalo, na medida em que o Município tanto necessitava de obras sociais. Condamou a todos os Vereadores para que se juntassem aos que combatiam as mazelas do Governo Municipal, e, envidando esforços no sentido de que o Prefeito prestasse contas de sua Administração, e que o continuar o processo de gastos irresponsáveis do dinheiro público, a Câmara estaria seriamente comprometida por omissão, encerrando a seguir sua fala.

Pela ordem de inscrição, ocupou a tribuna o Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda lembrando que na Reunião do dia anterior, assistira um verdadeiro bombardeio as Mensagens oriundas do Executivo Municipal, e que na ocasião tivera a oportunidade de votar favoravelmente nos requerimentos de urgência, como era seu procedimento, sempre justificando seu voto, e que infelizmente em função da Secretaria da Casa não poder fornecer dados de que precisava na ocasião, voto inclusive estar a Câmara pronunciando de forma improvisada no Salvo Esporte Clube não poderia argumentar com mais precisão sobre as matérias. Prossequindo, disse que naquela Reunião já de posse de dados relevantes podia colocar alguns argumentos e assim, era necessária que o Município tivesse aprovado até o dia trinta de julho de 1993 o Fundo Municipal de Saúde, mas também era necessária a aprovação do Conselho Municipal de Saúde, caso contrário Cabo Frio iria fazer parte dos Municípios que não receberiam recursos repassados pelo SUS, conforme circular assinada pelo Ministro da Saúde. Quanto ao Conselho Municipal de Saúde, disse que por força do Projeto de autoria do Vereador José Oscar Elias estar tramitando na Casa desde o ano anterior, sem solução, motivara o Prefeito a enviar Mensagem Executiva, com o mesmo teor, habilitando assim o Município a receber as verbas federais, e que assim sendo, o Projeto do Ilustre Vereador estava prejudicado. Enfatizou que o seu discurso não era de críticas, mas na medida em que cumpria a Câmara fiscalizar o Executivo, deveria também detectar e corrigir equívocos pró-

prios de sua dinâmica. Quanto a criação de Fundo Municipal de Saúde objeto de Resolução Executiva, disse que o documento tramitava na Câmara desde fevereiro do ano em curso, observando que nada adiantaria ser aprovado o Projeto do Conselho Municipal de Saúde sem a aprovação do Fundo. Em aparte, disse o Vereador Omar Sampaio da Silva que concordava com o orador, destacando que muito menos adiantaria a aprovação do Conselho e do Fundo, se o Prefeito não remettesse para a Câmara o Projeto de Diretrizes Orçamentárias, o que impedia até mesmo o recesso do Poder Legislativo Municipal. Agradecendo o aparte, disse o orador que assim procedendo o Executivo deixava a Câmara a vontade para apresentar sugestões ao Orçamento, e que embora não sendo o ideal era a forma da Câmara atuar circunstancialmente e a seguir encerrou sua fala. A seguir ocupou a tribuna o Vereador Jônio dos Santos Mendes, lembrando que no próximo dia 22 de agosto estariam decorridos dois anos e cinco meses da abertura de valas para os serviços de saneamento do Bairro Jacaré e ainda não concluídas pelo Executivo Municipal, o que configurava um flagrante desrespeito a aquela comunidade, deixando registrado o seu protesto e apelo para que tais obras fossem realizadas, na medida em que tais valas causavam sérios problemas para a gente sofredora daquele Bairro. Prossequindo, fez comentários sobre o plebiscito, organizado pelo Sindicato dos Professores com o apoio da ASPM, quando cerca de seis mil eleitores haviam votado condenando a Administração Sua Saldanha, esperando que o evento pudesse servir de alerta para o Governo nas ações que se desenvolveriam nos próximos meses. Disse também que o resultado do plebiscito deveria servir de exemplo também para a Câmara, quando as votações de matérias deveriam ser feitas com consciência na certeza de que o povo estava atento repudiando as práticas até então utilizadas. Adiante, abordou o Plano Diretor prestes a ser aprovado pela Casa, lembrando sua importância como documento mais abrangente da Administração Municipal contendo normas e diretrizes para o desenvolvimento harmonioso do Município e a elevação da qualidade de vida de comunidade, solicitando aos seus pares, empenho, dedicação e amor a Cabo Frio para que o Plano fosse de encontro aos anseios de todos que pugnavam por uma cidade a altura de sua importância, encerrando a seguir sua fala. Inscrito no livro de Oradores, ocupou a tribuna o Vereador Carlos Roberto Siqueira.

dos Santos, disse que acabava de chegar de Búzios, onde acompanhara o grupo da FEEMA que realizou inspeção nos Praias Azedo e Azedinha com relação a Projetos imobiliários a serem desenhados naquelas áreas. Adiante disse que para surpresa de todos o Senhor Gabriel, integrante da Força de Ação Popular de Búzios, era impedido de entrar no empreendimento por ser considerado "pessoa não grata" pelos empresários. Prosseguindo, disse que até pensara em não participar da inspeção, em sinal de protesto, mas aconselhado pelo Senhor Gabriel realizara a visita e brevemente traçou suas conclusões para o Relatório. Prosseguindo, disse que no centro de Búzios havia sua atenção despertada para uma construção na Praça, tendo como explicação de que seria destinada a "play ground", embora sem nenhuma placa. Adiante lembrou que no mesmo local, a população impedia a construção de quiosque para venda de serviços em barcos de turismo, e agora lhe parecia que outra tentativa estava sendo levada adiante merecendo a atenção de todos, pois nada era esclarecido junto a comunidade. Em aparte o Vereador Celso da Costa Gomes informou ter providenciado esclarecimento junto ao então Presidente da PROCAF, Dr. Paulo Massa tendo o mesmo informado que desconhecia a obra na Praça de Búzios e que ao se inteirar do assunto tomaria as providências cabíveis, e que assim sendo aguardava agora pronunciamento do novo Presidente da Procaf. Adiante, leu críticas ao Governo Municipal pela demora em apresentar Projeto de Lei habilitando a Prefeitura a receber cruzadas novas, o que no mínimo era incompetência, e mais, lamentava que os Vereadores da Bancada gestinista não houvesse pedido urgência na tramitação da matéria, ao contrário do Projeto de Suplementação e outros, e mais, que só haviam tomado a iniciativa após alertados pelo Presidente da Câmara naquela Sessão Extraordinária. Disse que ouvira naquele dia a Rádio Cabo Frio, quando dois Vereadores argumentavam que a suplementação de verbas era urgente porque caso contrário os funcionários não receberiam o pagamento, o que era claramente uma chantagem, deixando registrado seu mais veemente protesto, na medida em que tais Vereadores sabiam que a Câmara sempre votava as matérias do Prefeito desde que basiliadas em preceitos legais, e que assim sendo, considerava tal comportamento de baixo nível, chula, usando o sofrido funcionário público Municipal, encerrando a seguir sua fala.

Na ordem de inscrição, ocupou a tribuna o Vereador Orlando da Silva Pereira afirmando inicialmente que votou preliminarmente na urgência da Supplementação de verbas, na Reunião anterior, por considerar que o Município não podia ser prejudicado por detalhes de menor importância, e mais que a Câmara tinha que apoiar o novo desempenho da Administração Municipal, quando um bom número de obras estavam sendo iniciadas através principalmente da Prorap. Falou do que considerava um passado triste da Administração quando um Vereador não podia visitar um Bairro sem que não recebesse inúmeras críticas visto o total estado de abandono em que se encontrava o Município e, ao que parecia o quadro começava a ser revertido positivamente. Prosseguindo, disse que era grande o número de obras a serem realizadas, principalmente quanto a saneamento e urbanização em Bairros carentes, sendo necessário mais do que nunca a ação da Câmara, através da crítica construtiva, encerrando a seguir sua fala. Como último orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador Guilherme Bessa de Figueiredo, falando inicialmente da ex-favela do Lixo, urbanizada ao tempo do Prefeito Blair Correia, mas que ainda carecia da instalação de um Posto de Saúde, enfatizando que um dos graves problemas do Bairro era a proliferação do denominado "bicho de pé" e que estava levando ao Pú, um grande número de crianças, algumas necessitando até de pequenas cirurgias tal o grau de infestação. Adiante, disse que havia procurado a Secretaria de Saúde, tendo recebido a notícia que seria encaminhado para o Bairro Manoel Correia uma unidade de Saúde e ainda que seriam mantidos serviços para o extermínio do "bicho de pé". Prosseguindo, que a localidade de Araçá se ressentia também de melhor atendimento na área de saúde, afirmando que em visitas que fizera poderia constatar situações verdadeiramente constrangedoras, cabendo à Câmara pugnar para que mais recursos fossem alocados à Secretaria Municipal de Saúde objetivando um melhor atendimento principalmente as localidades mais carentes. Adiante, disse que ao tempo estavam mudando na Casa, quando Vereadores que anteriormente eram críticos contumazes do Governo, mudavam o discurso por constatarem que o caminho não era apenas o da crítica radical, lembrando de quantas vezes também fora criticado por alguns dos seus pares por circuns-

Jancialmente procurar o caminho do diálogo e do consenso quanto ao Orçamento, procurando assim melhor servir a comunidade cabocrense. Adiante, disse que por entender a problemática Administrativa, votara favoravelmente a Suplementação de verbas, na medida em que sem verbas era impossível ao Prefeito Administrar o Município, citando a seguir pronunciamento do Vereador José Oscar Elias, quando em Reunião anterior tentara envolver um integrante do Governo que em suas palavras havia telefonado para alguns Vereadores, afirmando que precisava do voto na medida em que outros Vereadores estavam colocando dificuldades na aprovação de Suplementação orçamentária, exigindo obras em alguns Bairros e o Governo não podia atender, observando o orador, que o fato de um Vereador pleitear obras nada mais era do que sua obrigação, pois entendia ser a política também um troca, não de favores, mas de trabalho. Comentou que o Vereador recebia até críticas pelo simples fato de comparecer a Prefeitura para pedir providências, mas se tal não fizesse o quadro seria pior, com mais crianças doentes, com o "bicho de pé" grassando, entre outras mazelas de ordem social. Citou como exemplo o fato dos Deputados Federais ligados ao Governador Brigola, estarem votando nas matérias do Governo Federal, ou até mesmo se ausentando, e que no âmbito estadual todos sabiam que Deputados recebiam além do salário, mais cinco milhões por mês para votarem favoravelmente as matérias enviadas pelo Governador Brigola, mas nem por isso os Vereadores do PDT e muito menos o candidato a Prefeito criticavam e muito menos largavam o partido, entendendo que política era negociação, e que assim sendo, o Governador Brigola tinha verbas federais para levar adiante seu plano Administrativo. Quanto a pedido de urgência para votação da Mensagem de Suplementação de verbas, disse que tivera a felicidade de não votar, e que assim sendo, tinha naquela Reunião a oportunidade de reunir a Comissão de Constituição e Justiça, chamar os assessores do Prefeito e assim, o Projeto ser apertado, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente transferiu os trabalhos para o segmento dedicado a Ordem do Dia, que constou do seguinte: Projeto de Lei 44/91

oriundo da Mensagem Executiva nº 27/91; Emenda Substitutiva nº 008/91, ao Artigo 1º do Projeto de Lei nº 44/91, de autoria do Vereador Osmar Sampaio da Silva; Requerimento nº 132/91, de autoria do Vereador Dirley Pereira da Silva e outros, disposto sobre pedido de Urgência e Discussão Única para o Projeto de Lei nº 44/91, e Requerimento nº 133/91, de autoria do Vereador Osmar Sampaio da Silva e outros, disposto sobre pedido de Urgência e Discussão Única para Emenda Substitutiva nº 008/91. Colocadas em discussão. Foram aprovados os Requerimentos nº 132/91 e 133/91. A seguir, com a aprovação dos Requerimentos de Urgência e Discussão Única, foram encaminhadas as Comissões Técnicas pertinentes às matérias contidas no Projeto de Lei nº 44/91 e na Emenda Substitutiva nº 008/91, para em conjunto emitirem seus pareceres. A seguir, o Senhor Presidente suspendeu a presente Sessão por dez minutos. Reaberta a presente Sessão, foi aprovado o Parecer favorável conjunto das Comissões de Constituições e Justiça; Finanças e Orçamento e de Redação Final, no Projeto de Lei nº 44/91, oriundo da Mensagem Executiva nº 27/91. Não havendo mais matérias destinadas a Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião em nome de Deus, marcando uma próxima para o dia 30 de julho do corrente ano. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Augusto Lyriel
Presidente